Mitsui Sumitomo Seguros

MSIG

A Member of MS&AD INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. CNPJ nº 33.016.221/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2014 da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A EMPRESA

A Mitsui Sumitomo Seguros é uma subsidiária da MS&AD Insurance Group, que está presente em todo o mundo, e dispõe de uma rede de escritórios interligada, distribuída pelas Américas, Europa, Ásia e Oceania. MS&AD Insurance Group é o maior grupo segurador do Japão, no segmento de seguros não-vida.

DESEMPENHO

A Companhia obteve no primeiro semestre de 2014 um prejuízo líquido de R$ 6,1 milhões.

O montante de Prêmios Emitidos alcançado em 30 de junho de 2014 foi de R$ 167 milhões, o que representa um crescimento de 8,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os Prêmios Ganhos totalizaram R$ 185 milhões, aumento de 9% sobre o obtido no primeiro semestre do ano anterior.

Os Sinistros Ocorridos representaram 53,6% dos Prêmios Ganhos em 2014, melhor que os 54,9% de 2013, resultado das ações tomadas nos últimos anos para readequação de produtos não rentáveis e para melhoria da qualidade do processo de subscrição de riscos.

INVESTIMENTOS

A Companhia continua investindo em tecnologia da informação, para sustentação dos negócios e apoio na busca de melhorias nos processos operacionais, assim como na capacitação das equipes e formação de uma liderança forte.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Companhia estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista em lei, e o saldo remanescente fica à disposição para deliberação da Assembleia Geral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e órgãos de classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do semestre e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 26 de agosto de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 30 de Junho de 2014 e de Dezembro de 2013 (Em Milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2014	31/12/2013
ATIVO CIRCULANTE		380.438	470.811
Disponível		4.248	19.276
Caixa e bancos	7	4.224	8.200
Equivalentes de caixa	7 e 8	24	11.076
Aplicações	8	46.603	85.825
Créditos das operações com seguros e resseguros		149.394	160.096
Prêmios a receber	9	135.992	148.748
Operações com seguradoras		2.144	1.631
Operações com resseguradoras	10.1	11.258	9.717
Outros créditos operacionais		14.206	11.061
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.2	133.673	163.891
Títulos e créditos a receber		3.067	2.228
Títulos e créditos a receber		948	891
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.162	1.186
Outros créditos		957	151
Outros valores e bens		2.623	2.118
Bens à venda	13	2.623	2.118
Despesas antecipadas		867	770
Custo de aquisição diferidos	12	25.757	25.546
ATIVO NÃO CIRCULANTE		199.052	154.883
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		177.021	133.419
Aplicações	8	154.168	98.761
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.769	7.538
Prêmios a receber	9	3.769	7.538
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.2	13.170	20.156
Títulos e créditos a receber		3.990	5.421
Títulos e créditos a receber		9	9
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.451	1.451
Depósitos judiciais e fiscais		2.530	3.961
Custo de aquisição diferidos	12	1.924	1.543
Imobilizado	14	14.930	15.619
Imóveis		12.012	12.315
Bens móveis		2.918	3.304
Intangível	15	7.101	5.845
Outros intangíveis		7.101	5.845
TOTAL DO ATIVO		579.490	625.694

PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		466.390	504.695
Contas a pagar		17.941	22.158
Obrigações a pagar	16	4.748	9.958
Impostos e encargos sociais a recolher		8.667	9.369
Encargos trabalhistas		3.819	2.458
Impostos e contribuições		707	373
Débitos de operações com seguros e resseguros		86.562	99.454
Prêmios a restituir		452	225
Operações com seguradoras		396	359
Operações com resseguradoras	10.3	65.397	75.027
Corretores de seguros e resseguros		19.952	23.519
Outros débitos operacionais		365	324
Depósitos de terceiros	18	597	348
Provisões técnicas de seguros	17	361.290	382.735
Danos		358.569	379.987
Pessoas		2.721	2.748
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		25.787	31.521
Contas a pagar	20	1.003	1.017
Tributos diferidos		1.003	1.017
Provisões técnicas de seguros	17	22.067	27.206
Danos		22.067	27.206
Outros débitos		2.717	3.298
Provisões judiciais	19.1	2.532	3.118
Débitos diversos		185	180
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	87.313	89.478
Capital social		281.368	281.368
Reserva de reavaliação		1.505	1.526
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(5.291)	(9.169)
Prejuízos acumulados		(190.269)	(184.247)
TOTAL DO PASSIVO		579.490	625.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013
(Em Milhares de Reais - R$, exceto o Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações)

	Nota explicativa	30/06/2014	30/06/2013
PRÊMIOS EMITIDOS		167.191	154.300
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS	23.1	18.150	15.690
PRÊMIOS GANHOS	22 e 23.1	185.341	169.990
RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES		1.447	1.551
SINISTROS OCORRIDOS	22 e 23.2	(99.311)	(93.320)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	22 e 23.3	(26.745)	(25.449)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	23.4	(4.748)	(1.532)
RESULTADO COM RESSEGURO	23.5	(32.397)	(25.412)
RECEITA COM RESSEGURO		4.447	17.170
DESPESA COM RESSEGURO		(36.844)	(42.582)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	23.6	(31.858)	(31.018)
DESPESAS COM TRIBUTOS	23.7	(5.229)	(3.538)
RESULTADO FINANCEIRO	23.8	7.624	11.496
RESULTADO PATRIMONIAL		4	174
RESULTADO OPERACIONAL		(5.872)	2.942
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		–	(41)
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(5.872)	2.901
IMPOSTO DE RENDA	24	–	(141)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	–	(92)
PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(185)	(110)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		(6.057)	2.558
QUANTIDADE MÉDIA DE AÇÕES		59.106.248	59.106.248
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		(0,10)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013
(Em Milhares de Reais - R$)

	30/06/2014	30/06/2013
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	(6.057)	2.558
Outros resultados abrangentes	3.878	(8.645)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	3.878	(8.645)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	(2.179)	(6.087)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013
(Em Milhares de Reais - R$)

	30/06/2014	30/06/2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	(6.057)	2.558
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.922	2.381
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	8.242	879
Outros ajustes	230	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	(12.307)	5.533
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	5.526	12.359
Ativos de resseguro	37.204	48.180
Créditos fiscais e previdenciários	24	(118)
Despesas antecipadas	(97)	(151)
Custos de aquisição diferidos	592	1.012
Outros ativos	(5.216)	(4.482)
Depósitos judiciais e fiscais	1.431	(1.706)
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.844)	(4.333)
Impostos e contribuições	(382)	(4.184)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(12.892)	(3.632)
Depósitos de terceiros	249	(357)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	(26.584)	(56.198)
Provisões judiciais	(586)	(695)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS OPERAÇÕES	(12.545)	(2.954)
Dividendos recebidos	6	174
Impostos sobre os lucros pagos	–	–
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(12.539)	(2.780)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de:		
Imobilizado	(262)	(1.022)
Intangível	(2.227)	(961)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.489)	(1.983)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(15.028)	(4.763)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	19.276	11.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.248	6.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mitsui Sumitomo Seguros

MSIG

A Member of MS&AD INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. CNPJ nº 33.016.221/0001-07

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013 (Em Milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes com TVM	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		281.368	1.568	5.552	(166.241)	122.247
Reserva de reavaliação-						
Realização	21	–	(21)	–	35	14
Títulos e valores mobiliários		–	–	(8.645)	–	(8.645)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	2.558	2.558
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013		281.368	1.547	(3.093)	(163.648)	116.174
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		281.368	1.526	(9.169)	(184.247)	89.478
Reserva de reavaliação-						
Realização	21	–	(21)	–	35	14
Títulos e valores mobiliários		–	–	3.878	–	3.878
Prejuízo do semestre		–	–	–	(6.057)	(6.057)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		281.368	1.505	(5.291)	(190.269)	87.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 (Valores em Milhares de Reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos, nº 415 - 5º andar, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer de suas modalidades.

Seguradora vem realizando ações de readequação de produtos não rentáveis e de melhoria da qualidade do processo de subscrição de risco. O plano estratégico da Seguradora estabelece a busca de crescimento dos negócios com equilíbrio no seu portfólio, pela melhor distribuição entre negócios corporativos e de varejo. O crescimento dos negócios é a base para se alcançar melhor composição entre receitas e as despesas correntes, resultando em crescimento com rentabilidade e de forma sustentável.

A ampliação de negócios está sendo alcançada a partir de análises de oportunidades de expansão geográfica e de parcerias, além do uso mais intensivo de informações para melhorar o conhecimento sobre a atual rede de distribuição e, consequentemente, aumentar a atividade comercial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 483/14.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação dessas demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido que contemplam as demonstrações dos resultados abrangentes, e as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras intermediárias.

2.3. Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs.

2.4. Operações descontinuadas

Não houve atividades descontinuadas no semestre findo em 30 de junho de 2014.

2.5. Reclassificações

Em 30 de junho de 2014, a Seguradora providenciou a segregação dos saldos de prêmios a receber, custo de aquisição diferidos e provisões técnicas entre circulante e não circulante. Dessa forma, os saldos do balanço patrimonial de 30 de junho de 2013 foram reclassificados nos seguintes itens:

	Originalmente apresentado 31/12/2013	Reclassificações	31/12//2013 (reapresentado)
Ativo - circulante			
Prêmios a receber	156.286	(7.538)	148.748
Ativos de resseguro - provisões técnicas	184.047	(20.156)	163.891
Custo de aquisição diferidos	27.089	(1.543)	25.546
Ativo - não circulante			
Prêmios a receber	–	7.538	7.538
Ativos de resseguro - provisões técnicas	–	20.156	20.156
Custo de aquisição diferidos	–	1.543	1.543
Passivo - circulante			
Provisões técnicas de seguro	409.941	(27.206)	382.735
Passivo - não circulante			
Provisões técnicas de seguro	–	27.206	27.206

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1. Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

3.2. Apuração de resultado

- O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais.
- As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão.
- Os prêmios de cosseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguro (propostas) das congêneres e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através de constituição da provisão de prêmios não ganhos.
- Custos de aquisição diferidos - a Seguradora possui uma política de capitalização de certos custos de aquisição relacionados com comissões pagas aos agentes e corretores. O CPC 11 permite que esses custos de aquisição sejam capitalizados. Nenhum ajuste foi efetuado, pois não existe obrigação de capitalizar custos de aquisições capitalizados além daqueles que já são capitalizados pela Seguradora.
- Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente à provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos das resseguradoras.

3.3. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros e Carta Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisão de reservas técnicas. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

3.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários".

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros".

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

A tabela a seguir apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo classificados pelos níveis hierárquicos e os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, demonstrando os saldos contábeis e os valores justos:

		30/06/2014		31/12/2013	
	Classificação	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Ativos mensurados ao valor justo					
Equivalentes de caixa	Nível 1	24	24	11.076	11.076
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimento - DPVAT	Nível 1	43.070	43.070	38.186	38.186
Fundos de investimento	Nível 1	3.494	3.494	–	–
Disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	49.462	49.462	47.573	47.573
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	104.449	104.449	98.615	98.615
Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações com seguros e resseguros		149.394	149.394	167.634	167.634
Outros créditos operacionais		14.206	14.206	11.061	11.061
Títulos e créditos a receber		7.050	7.050	7.649	7.649
Total		371.149	371.149	381.794	381.794

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 (Valores em Milhares de Reais - R$)

	30/06/2014		31/12/2013	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Contas a pagar	18.944	18.944	23.175	23.175
Débitos de operações com seguros e resseguros	86.562	86.562	99.454	99.454
Total	105.506	105.506	122.629	122.629

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA).

Em 30 de junho de 2014, a Seguradora apresentava o saldo de R$ 321 (R$ 212 em 31 de dezembro de 2013) em outras aplicações, que representa basicamente a participação no convênio DPVAT no montante de R$ 256 (R$ 147 em 31 de dezembro de 2013). Pelo fato dessas aplicações não apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.

3.5. Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.6. Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38:

- Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.
- Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial.

As reclassificações devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

3.7. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.8. Equivalentes de caixa

São representados por instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

3.9. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros

De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior àquele passível de recuperação. Caso isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilmente a eventual desvalorização dos ativos.

O valor recuperável, segundo o CPC, é o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso. Caso o valor contábil seja menor, não haverá desvalorização do ativo.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.10. Outras aplicações

Referem-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição.

3.11. Crédito das operações de seguros

Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebido. A metodologia utilizada para o cálculo da provisão leva em consideração o percentual médio de cancelamentos aplicado ao saldo de prêmios a receber, combinada com a base histórica de prêmios a receber vencidos há mais de 365 dias, abrangendo os seguros diretos e cosseguro aceito.

A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica.

A provisão para riscos de créditos com cosseguro cedido é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.12. Outros valores e bens - provisão para desvalorização

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo.

A provisão para desvalorização de salvados é constituída levando-se em consideração os bens recuperados e não negociados, que perderam valor de mercado. A referida provisão tem por objetivo ajustar os salvados ao valor provável de realização.

3.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do período. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006 será mantida até sua realização.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil.

3.14. Intangível

O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R$ 240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os "Valores Justos". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.16. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, descritos a seguir:

- Provisão de prêmios não ganhos - PPNG
  A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e já emitidos (PPNG) corresponde ao somatório das parcelas de prêmio retido referentes a período de risco a decorrer, calculado pelo método "pro rata dia", em conformidade com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
  A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde à estimativa do montante das parcelas de prêmio retido, referentes a período de risco a decorrer, para riscos vigentes e ainda não emitidos. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER
  A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até as datas dos balanços. A metodologia de cálculo utilizada na Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados "IBNR também contempla a Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros.
  A provisão de sinistros a liquidar (PSL) corresponde ao somatório das estimativas de pagamento dos sinistros que encontram-se em processo de análise e pendentes de liquidação.
  A metodologia de cálculo da provisão de sinistros a liquidar (PSL), prevista em Nota Técnica Atuarial, também contempla a metodologia para estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (Incurred But Not Enough Reported), que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros, líquidos das estimativas de Salvados e Ressarcimentos. Esta prática atuarial é adotada em função da PSL não contemplar qualquer tipo de estimativa de recuperação de Salvados e/ou Ressarcimentos.
- Provisão de Despesas Relacionadas
  A Provisão para Despesas Relacionadas (PDR) corresponde à estimativa do montante de despesas que serão pagas em decorrência de sinistros incorridos. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - *IBNR (Incurred But Not Reported)*
  A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) corresponde à estimativa do montante de sinistros ocorridos mas ainda não avisados pelos segurados à Seguradora. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNR do ramo DPVAT é constituída conforme previsto na Resolução CNSP nº 192/08.
- Teste de adequação de passivos - TAP
  Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras foi instituído pela SUSEP, por intermédio da Circular SUSEP nº 457/12 e para o qual avalia na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro. O teste de adequação de passivos estima o fluxo de caixa futuro bruto de resseguro e retrocessão e deverá conter pagamentos de sinistros futuros já ocorridos ou a ocorrer e despesas. O desenvolvimento do teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros segundo o CPC 11, deduzidos de qualquer custo de aquisições diferido e qualquer ativo intangível relacionados aos contratos de seguros.

Caso sejam identificadas quaisquer insuficiências as mesmas devem ser registradas no mês-base de apuração, como uma despesa no resultado do período, primeiramente efetuando-se a redução do valor dos custos de aquisições diferidos relacionados ou dos ativos intangíveis relacionados e, subsequentemente, constituindo-se a provisão técnica denominada Provisão Complementar de Cobertura - PCC. Os cálculos realizados nas datas-base de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não identificaram insuficiência no passivo constituído.

3.17. Provisões judiciais e ativos contingentes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.

- Provisões judiciais: são constituídas pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).
- Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação.

3.18. Benefícios aos empregados

A Seguradora possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, cujo objetivo é ampliar a conscientização dos funcionários às variáveis dos negócios e do seu papel ativo na melhoria dos níveis de produtividade e qualidade na empresa, amadurecimento em relação às necessidades e expectativas de clientes e sinergia entre as áreas.

Na data do balanço é contabilizada uma provisão de participação nos lucros, conforme parâmetros estabelecidos na política de participação nos lucros da Seguradora.

3.19. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico da Seguradora para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

3.20. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrá-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal.

4.2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável inferior ao seu valor residual.

4.3. Provisões judiciais

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas em conformidade com metodologias descritas em Nota Técnica Atuarial e/ou Manuais de Procedimento. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4.4. Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.11 é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP

As provisões técnicas de seguros e o teste de adequação de passivos também utilizam de premissas e escolha de estimativas por parte da Administração da Seguradora, conforme descrito na nota explicativa nº 3.16.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1. Comitê de Underwriting

O comitê de Underwriting tem o objetivo de, através de normas, efetuar discussões e aprovações no tocante à aceitação de riscos específicos/vultosos, que possam gerar reflexos na gestão operacional da Seguradora.

A periodicidade de realização do comitê é de 2 vezes por mês a princípio, ou, quando necessário, efetuar reunião extraordinária.

5.2. Comitê de Gerenciamento de Risco e Compliance

O Comitê tem por objetivo desenvolver e melhorar o sistema de gerenciamento de risco, das normas da Seguradora, prevenção à Lavagem de Dinheiro, assegurando que a Diretoria e todos os funcionários cumpram rigorosamente as normas estabelecidas e as leis do País.

O Comitê é realizado uma vez ao mês. Além do Comitê normal, o Chairman poderá convocar o Comitê quando for necessário.

O comitê em conjunto com os gestores tem a missão de garantir que todos os riscos sejam identificados e alocados aos responsáveis dos Departamentos, definindo as ações corretivas e que estas estejam documentadas. O Comitê também deverá monitorar se os planos de ação corretiva estão sendo implementados de acordo com os prazos fixados.

5.3. Riscos de seguro

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar.

Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente.

Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

A política de aceitação de riscos considera a experiência histórica e premissas atuariais.

As indenizações são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste, sendo que sua aprovação pode ser dada somente pelo Comitê de Underwriting, observando os períodos máximos constantes no Código Civil. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser pago nestes contratos.

O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final mostre-se diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, a Provisão de Sinistros a Liquidar, IBNER e a PDR. Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa à matéria em questão.

Na estimativa da Provisão de Sinistros a Liquidar, a Seguradora utiliza-se da perícia e avaliações específicas com relação ao bem sinistrado.

5.4. Análise de sensibilidade

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo.

É esperado que ocorram variações em número de sinistros influenciados pelas mais diversas situações, até mesmo que o sinistro possua uma característica randômica que pode levar em um momento qualquer o incremento de sinistros de grandes valores, infringindo perdas não esperadas para a Seguradora.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido, caso a sinistralidade varie em 10% em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes, em 30 de Junho de 2014.

		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	10%	(13.345)	(13.345)	(15.996)	(15.996)
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	– 10%	13.345	13.345	15.996	15.996

5.5. Sensibilidade das estimativas

Os ativos são classificados pelo valor justo. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando aplicável.

O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 2 pontos percentuais como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros.

	Variação		Taxa de juros			Variação	
	%	R$	- 2,00%	10,00% a.a.	2%	%	R$
Patrimônio líquido ajustado	13,93%	11.049	90.395	79.346	92.332	16,37%	12.986
Patrimônio de investimentos	7,12%	11.588	174.284	162.696	176.315	8,37%	13.619
Juros incorridos	122,32%	11.588	21.062	9.473	23.093	143,76%	13.619
PIS/COFINS	(122,32%)	(539)	979	441	1.074	(143,76%)	(633)

5.6. Concentração de riscos

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma seguradora se encontra sujeita. Riscos oriundos de catástrofes são mitigados através de avaliações nas áreas mais predispostas a danos.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco (prêmio emitido) no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios (brutos de resseguro) no período. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros e cosseguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013 (Em Milhares de Reais - R$)

	Prêmio emitido bruto 30/06/2014					
Linhas de negócios	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	804	9.096	2.013	58.111	17.901	87.925
Patrimonial	931	1.074	797	19.202	7.274	29.278
Pessoas coletivo	6	44	224	1.982	550	2.806
Responsabilidades	4	37	59	2.295	692	3.087
Riscos Financeiros	–	–	9	156	10	175
Transportes	1.054	317	556	10.850	3.296	16.073
Total	2.799	10.568	3.658	92.596	29.723	139.344

	Prêmio emitido líquido 30/06/2014					
Linhas de negócios	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	804	9.096	2.013	58.111	17.901	87.925
Patrimonial	777	880	562	8.782	3.984	14.985
Pessoas coletivo	6	43	192	1.775	484	2.500
Responsabilidades	4	33	56	1.060	555	1.708
Riscos Financeiros	–	–	9	156	10	175
Transportes	1.054	304	556	9.005	3.204	14.123
Total	2.645	10.356	3.388	78.889	26.138	121.416

5.7. Risco de crédito

O risco de crédito representa o montante de valores a receber que, por quaisquer razões, há o risco de não ser recebido no futuro.

A Seguradora adota procedimentos de estimativa, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.11.

5.8. Risco financeiro

O gerenciamento dos riscos financeiros contempla:

a) Risco de liquidez

Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira em adquirir ativos para a garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado através de análise do fluxo de caixa do passivo, combinada com a estratégia conservadora de manter no portfólio um volume de investimentos relevantes com liquidez imediata.

b) Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

5.9. Risco operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas, e indenização por danos a terceiros. Excluem-se desse conceito os riscos estratégicos e de reputação. O gerenciamento do risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem para com os acionistas, funcionários, órgãos reguladores e sociedade.

Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Além disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios.

5.10. Gestão do risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas no Comitê de Underwriting, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido e/ou Margem de Solvência da Seguradora.

• Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	30/06/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	87.313	89.478
Despesas antecipadas	(867)	(770)
Intangível	(7.101)	(5.845)
Patrimônio líquido ajustado	79.345	82.863
Margem de solvência		
a) 0,2 prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	–	52.961
b) 0,33 sinistros retidos anuais médios - últimos 36 meses	–	55.728
I - Margem de solvência (o maior valor entre a ou b)	–	55.728
II - Capital-base	15.000	15.000
III - Capital de risco	59.392	56.479
Capital de risco baseado no risco de subscrição	53.522	49.975
Capital de risco baseado no risco de crédito	6.570	7.773
Capital de risco baseado no risco operacional	2.301	2.198
Benefício da diversificação	(3.001)	(3.467)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	59.392	56.479
Suficiência de capital	19.953	26.384

Os requerimentos de parcela de capital vigentes e exigidos pelo órgão regulador relacionados ao capital mínimo requerido (CMR), são os seguintes: a) Capital-Base, b) Capital de risco de subscrição, c) Capital de Risco de Crédito, d) Capital de Risco Operacional, e e) Margem de Solvência.

Encontra-se em fase de estudos pela SUSEP a parcela de capital sobre o risco de mercado, que deverá ser exigida no final do exercício de 2014.

5.11. Ferramentas de gerenciamento de riscos

Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas "Risk Treatment Plan" e "Risk Register", que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, o desenvolvimento de planos de ação e a definição de prazos e responsáveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

O CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo.

Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2015.

A Seguradora não espera que essas novas normas, interpretações e alterações acima tenham efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

7. DISPONÍVEL - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	4.224	8.200
Fundo de investimentos - renda fixa (não exclusivos) (*)	24	11.076
Total	4.248	19.276

(*) Refere-se a ativo não vinculado à garantia de provisões técnicas e que possui liquidez imediata.

8. EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

8.1. Composição

	30/06/2014							31/12/2013	
Categorias	Taxa média de juros (a.a.)	Custo atualizado	Valor justo	%	Ajuste de TVM	Efeito tributário	Ganhos não realizados	Valor Justo	%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimento (a) (b)	10,70%	3.493	3.493	1,74	–	–	–	11.076	5,66
Fundos de invest. DPVAT (b)	10,45%	43.070	43.070	21,45	–	–	–	38.186	19,52
Total		46.563	46.563	23,19	–	–	–	49.262	25,18
Disponíveis para venda									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (c)	10,55%	49.528	49.462	24,63	(66)	–	(66)	47.573	24,31
Notas do Tesouro Nacional - NTN B (c)	13,88%	52.183	49.758	24,78	(2.425)	–	(2.425)	46.973	24,01
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (c)	11,04%	57.491	54.691	27,24	(2.800)	–	(2.800)	51.642	26,39
Total		159.202	153.911	76,65	(5.291)	–	(5.291)	146.188	74,71
Total de títulos e valores mobiliários		205.765	200.474	99,84	(5.291)	–	(5.291)	195.450	99,89
Outras aplicações (d)		321	321	0,16	–	–	–	212	0,11
Total das aplicações		206.086	200.795	100,00	(5.291)	–	(5.291)	195.662	100,00
Equivalente de caixa			24					11.076	
Aplicações - circulante			46.603					85.825	
Aplicações - não circulante			154.168					98.761	

(a) A carteira de investimentos é fundamentalmente composta de Títulos Públicos Federais pós-fixados.

(b) O valor justo das cotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentonos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários.

(c) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

(d) Referem-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição e a valores retidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. para cobertura de Reservas Técnicas.

8.2. Composição por faixa de vencimentos

Em 30 de junho de 2014, as aplicações em títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Fundos de investimento	3.493	–	3.493
Fundos de investimento - DPVAT	43.070	–	43.070
Disponíveis para venda -			
LFT	–	49.462	49.462
NTN B	–	49.758	49.758
NTN F	–	54.691	54.691
Outras aplicações	64	257	321
Total	46.627	154.168	200.795

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8.3. Movimentação das aplicações financeiras

Saldo em 31 de dezembro de 2013	195.662
(+) Aplicações	72.040
(–) Resgates	(80.697)
(+/–) Ajuste a valor de mercado	3.878
(+/–) Atualização monetária/juros	9.912
Saldo em 30 de junho de 2014	200.795

8.4. Coberturas das provisões técnicas

Os valores dos ativos vinculados em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	30/06/2014	31/12/2013
Total das provisões técnicas	383.357	409.941
(–) Ativos de resseguro	98.279	115.809
(–) Direitos creditórios	110.657	124.247
(–) DPVAT	43.070	38.170
(–) Depósitos judiciais	1.634	1.316
Montante a ser garantido	129.717	130.399
Títulos de renda fixa - públicos	154.168	146.188
Garantia das provisões técnicas	154.168	146.188
Excedente	24.451	15.789

9. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão.

O período médio de parcelamento dos prêmios da Seguradora é de 6 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 (Valores em Milhares de Reais - R$)

9.1. Composição

	30/06/2014			31/12/2013		
Ramos agrupados	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber líquido
Automóvel	61.706	(641)	61.065	59.032	(618)	58.414
Garantia	86	–	86	40	–	40
Patrimonial	30.544	(67)	30.477	42.151	(171)	41.980
Responsabilidade civil	2.583	(1)	2.582	4.033	(7)	4.026
Responsabilidade civil - veículos	13.348	(1)	13.347	12.978	–	12.978
Transportes	8.494	(179)	8.315	6.492	(206)	6.286
Acidentes pessoais e vida em grupo	1.055	(152)	903	782	(152)	630
Outros	22.986	–	22.986	31.932	–	31.932
Total	140.802	(1.041)	139.761	157.440	(1.154)	156.286
Circulante			135.992			148.748
Não circulante			3.769			7.538

9.2. Prêmios a receber por vencimento

Os prêmios a receber, por vencimento, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2014	31/12/2013
Vencidos até 30 dias	1.786	1.941
Vencidos de 31 a 60 dias	292	291
Vencidos de 61 a 180 dias	195	156
Vencidos de 180 a 365 dias	82	83
Vencidos acima de 365 dias	349	384
A vencer até 30 dias	58.583	58.991
A vencer de 31 a 60 dias	22.288	17.349
A vencer de 61 a 180 dias	40.624	50.493
A vencer de 180 a 365 dias	12.975	20.068
A vencer acima de 365 dias	3.628	7.684
Total	140.802	157.440

9.3. Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2013	157.440
(+) Prêmios emitidos líquidos	131.414
(–) Baixas/cancelamentos	(17.016)
(–) Recebimentos	(133.878)
(+) Riscos vigentes não emitidos	91
(+) Oscilação cambial	2.751
Saldo em 30 de junho de 2014	140.802

9.4. Movimentação da redução do valor recuperável (PDD)

A provisão para riscos sobre crédito para prêmios diretos é constituída com base em estudo técnico através de análise individual dos prêmios diretos a receber vencidos há mais de 365 dias, combinado com a aplicação do percentual médio de cancelamentos sobre prêmios a receber.

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.154
Constituições	5.160
Reversões/baixas	(5.273)
Saldo em 30 de junho de 2014	1.041

Adicionalmente, a Seguradora constituiu a provisão para riscos sobre créditos para recuperações de resseguro e cosseguro cedido.

	30/06/2014	31/12/2013
Constituição - prêmio de cosseguro aceito	360	298
Constituição - recuperação de sinistro de resseguro/outros créditos de resseguro	945	9.808
Constituição - recuperação de sinistro de cosseguro cedido	2	32
Total	1.307	10.138

10. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

10.1. Operações com resseguradoras - ativo

	30/06/2014	31/12/2013
Sinistros pagos a recuperar	11.150	10.859
Outros créditos	1.053	8.666
Redução ao valor recuperável	(945)	(9.808)
Total	11.258	9.717

Rubrica	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Sinistros pagos a recuperar	7.099	4.051	11.150
Outros créditos	1.053	–	1.053
Subtotal	8.152	4.051	12.203
Provisão de riscos créditos - resseguradores			(945)
Total			11.258

10.2. Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

	30/06/2014	31/12/2013
Provisão de sinistros a liquidar	91.431	108.311
Provisão para prêmio não ganho	48.565	68.238
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	6.587	6.653
Outras provisões	260	845
Total	146.843	184.047
Circulante	133.673	163.891
Não circulante	13.170	20.156

10.3. Operações com resseguradoras - passivo

	30/06/2014	31/12/2013
Prêmios cedidos líquidos de comissão	64.791	74.064
Outros	606	963
Total	65.397	75.027

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

11.1. A composição dos créditos tributários contabilizados no ativo circulante e no ativo não circulante está assim representada:

	Saldos em 31/12/2013	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 30/06/2014
Circulante:			
Antecipações de imposto de renda	452	(452)	–
Antecipações de contribuição social	274	(274)	–
Imposto de renda a compensar	–	312	312
Contribuição social a compensar	361	182	543
PIS e COFINS	81	208	289
Outros créditos tributários e previdenciários	18	–	18
Total	1.186	(24)	1.162

	Saldos em 31/12/2013	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 30/06/2014
Ativo não circulante:			
PIS e COFINS	1	–	1
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	1.450	–	1.450
Total líquido	1.451	–	1.451

11.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais

Em 30 de junho de 2014, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R$ 171.070 (R$ 164.053 em 2013) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 122.479 (R$ 115.502 em 2013), a compensar com lucros futuros.

A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias acumulados em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Base negativa acumulada de contribuição social	171.030	164.053
Adições temporárias (a)	6.154	15.999
Total	177.184	180.052
Alíquota de contribuição social	15%	15%
Total de crédito tributário de contribuição social	26.578	27.008
Prejuízo fiscal acumulado	122.478	115.502
Adições temporárias (a)	6.154	15.999
Total	128.632	131.501
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	32.158	32.875
Total do crédito tributário acumulado não reconhecido contabilmente (b)	58.736	59.883

(a) As diferenças temporárias são formadas basicamente por provisão para riscos de créditos a receber e provisão para contingências.

(b) A Seguradora não constituiu crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, no momento, por não atender às regras requeridas pela SUSEP para sua constituição.

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões e agenciamentos pagos em operações de seguros registradas no circulante e não circulante são diferidas de acordo com os períodos de vigência das apólices. O prazo médio para diferimento é de 12 meses. E estão assim compostas:

	30/06/2014	31/12/2013
Ramos:		
Automóvel	14.626	12.952
Patrimonial	8.108	9.248
Responsabilidade civil	1.177	1.262
Responsabilidade civil - veículos	3.105	3.190
Transportes	569	296
Acidentes pessoais e vida em grupo	57	105
Outros	39	36
Total	27.681	27.089
Circulante	25.757	25.546
Não circulante	1.924	1.543

13. OUTROS VALORES E BENS - BENS À VENDA

O quadro abaixo demonstra o saldo das contas de bens à venda - salvados à venda, por tempo de permanência, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Os salvados referem-se, principalmente, ao ramo de automóvel.

Tempo de permanência	30/06/2014	31/12/2013
0 - 30 dias	1.284	937
31 - 60 dias	549	415
61 - 90 dias	514	158
91 - 120 dias	118	106
121 - 150 dias	39	53
151 - 180 dias	20	157
181- 365 dias	95	137
Acima de 365 dias	325	348
(–) Redução ao valor recuperável	(321)	(193)
Total	2.623	2.118

14. IMOBILIZADO

14.1. Composição

		30/06/2014				31/12/2013
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Total	Total
Terrenos	–	526	1.336	–	1.862	1.862
Edificações	4	13.399	1.750	(4.999)	10.150	10.453
Computadores e equipamentos	20	9.303	–	(7.521)	1.782	2.109
Móveis, máquinas e utensílios	10	1.602	–	(1.203)	399	472
Veículos	20	1.303	–	(566)	737	723
Total		26.133	3.086	(14.289)	14.930	15.619

Em 2006, os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados. O valor de impostos diferidos está contabilizado na conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no exigível a longo prazo, e o valor líquido da reavaliação está registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2014				31/12/2013
	Reavaliação	Impostos diferidos	Realização da reavaliação	Saldo líquido	Saldo líquido
Reavaliações	3.086	(1.003)	(578)	1.505	1.526
Total	3.086	(1.003)	(578)	1.505	1.526

A movimentação do ativo imobilizado está assim apresentada:

Descrição	Saldo residual 31/12/2013	Aquisições	Depreciação	Saldo residual 30/06/2014
Terrenos	1.862	–	–	1.862
Edificações	10.453	–	(303)	10.150
Computadores e equipamentos	2.109	141	(468)	1.782
Móveis, máquinas e utensílios	472	–	(75)	397
Veículos	723	120	(104)	739
Totais	15.619	261	(950)	14.930

15. INTANGÍVEL

O ativo intangível está assim composto:

		30/06/2014			31/12/2013
	Prazo de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Contratos e licenças de softwares	Cinco anos	29.463	(22.362)	7.101	5.845
Total		29.463	(22.362)	7.101	5.845

Movimentação dos saldos do intangível:	5.845
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.227
Adições	(971)
Despesas de amortização	7.101
Saldos em 30 de junho de 2014	

16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar registradas no passivo circulante em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão assim compostas:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Participação - gratificação a pagar	510	1.962
Fornecedores	344	186
Prestadores de serviços	1.497	4.396
Outras obrigações a pagar	2.397	3.414
Totais	4.748	9.958

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 (Valores em Milhares de Reais - R$)

17. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

A composição das provisões técnicas registradas no passivo e as operações com resseguros registradas no ativo estão assim demonstradas:

	30/06/2014								
	Danos								
	Automóvel	Patrimonial	Resp. civil	Resp. civil - auto	Transportes	Outros	Total	Pessoas	Total
Provisão de sinistros a liquidar	36.321	76.738	23.478	16.456	4.387	7.926	165.306	2.046	167.352
Provisão de IBNR	25.862	6.071	2.172	1.512	1.961	45	37.623	469	38.092
Provisão de prêmios não ganhos	78.323	47.592	4.796	17.115	3.112	21.532	172.470	162	172.632
Outras provisões	1.610	1.081	401	1.274	863	8	5.237	44	5.281
Total	142.116	131.482	30.847	36.357	10.323	29.511	380.636	2.721	383.357
Circulante									361.290
Não circulante									22.067

	31/12/2013								
	Danos								
	Automóvel	Patrimonial	Resp. civil	Resp. civil - auto	Transportes	Outros	Total	Pessoas	Total
Provisão de sinistros a liquidar	16.882	112.903	11.949	13.467	4.518	22.980	182.699	2.046	184.745
Provisão de IBNR	752	6.102	2.178	1.492	1.885	17.469	29.878	445	30.323
Provisão de prêmios não ganhos	66.666	62.425	5.121	18.426	1.405	35.756	189.799	210	190.009
Outras provisões	851	1.060	383	1.260	858	405	4.817	47	4.864
Total	85.151	182.490	19.631	34.645	8.666	76.610	407.193	2.748	409.941
Circulante									382.735
Não circulante									27.206

17.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros

	Saldo em 31/12/2013	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 30/06/2014
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial)	184.745	612.035	(532.841)	(96.587)	167.352
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG e PPNG-RVNE)	190.009	1.545.182	(1.562.559)	–	172.632
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	30.323	103.301	(95.532)	–	38.092
Outras provisões	4.864	39.418	(39.001)	–	5.281
Total	409.941	2.299.936	(2.229.933)	(96.587)	383.357

17.2. Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R$ 167.532 (R$ 184.745 em 31 de dezembro de 2013), o valor de R$ 43.062 (R$ 44.567 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

	30/06/2014				31/12/2013
Risco	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor de abertura	Valor provisionado
Perda provável	740	16.922	17.576	17.576	31.897
Perda possível	2.425	35.904	21.120	21.120	10.647
Perda remota	572	21.200	4.366	4.366	2.023
Total	3.737	74.026	43.062	43.062	44.567

Para constituição das provisões de sinistros a liquidar judicial são considerados, além da probabilidade de perda, a comparação entre o valor do pedido e o valor da importância segurada, dos dois o que for menor.
A movimentação de sinistros judiciais no período está assim representada:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	44.567
Constituições	17.125
Reversões/baixas	(16.088)
Pagamentos	(2.542)
Saldo em 30 de junho de 2014	43.062

17.3. Tabela de desenvolvimento de sinistros

Sinistros líquido de resseguro

	Ano do aviso do sinistro							
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Até a data-base	392.249	119.357	139.573	176.457	135.856	119.429	62.526	1.145.447
Um ano mais tarde	417.534	124.850	149.693	185.237	146.301	126.574		1.150.189
Dois anos mais tarde	417.782	125.333	151.251	186.094	146.620			1.027.080
Três anos mais tarde	418.235	125.889	151.667	186.125				881.916
Quatro anos mais tarde	419.063	126.322	151.861					697.246
Cinco anos mais tarde	419.244	126.338						545.582
Seis anos mais tarde	419.319							419.319
Estimativa dos sinistros na data-base	419.319	126.338	151.861	186.125	146.620	126.574	62.526	1.219.363
Diferença entre as estimativas inicial e final	(27.070)	(6.981)	(12.288)	(9.668)	(10.764)	(7.145)	–	(73.916)
Pagamentos de sinistros efetuados	410.447	122.989	147.834	180.063	134.807	119.343	34.917	1.150.400
Sinistros pendentes líquido de resseguro	8.872	3.349	4.027	6.062	11.813	7.231	27.609	68.963
Sinistros convênio DPVAT								17.715
Cosseguro cedido								(5.667)
Retrocessões								638
IBNER								(5.728)
Sinistros a liquidar líquido de resseguro								75.921

Sinistros bruto de resseguro

	Ano do aviso do sinistro							
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Até a data-base	538.788	126.487	182.616	230.162	226.509	152.154	65.032	1.521.748
Um ano mais tarde	569.229	132.481	211.302	242.342	239.628	161.218		1.556.200
Dois anos mais tarde	571.595	133.291	213.349	244.968	240.143			1.403.346
Três anos mais tarde	572.048	133.887	214.116	245.028				1.165.079
Quatro anos mais tarde	573.017	134.664	214.535					922.216
Cinco anos mais tarde	573.232	134.806						708.038
Seis anos mais tarde	573.307							573.307
Estimativa dos sinistros na data-base	573.307	134.806	214.535	245.028	240.143	161.218	65.032	1.634.069
Diferença entre as estimativas inicial e final	(34.519)	(8.319)	(31.919)	(14.866)	(13.634)	(9.064)	–	(112.321)
Pagamentos de sinistros efetuados	553.337	125.104	208.120	232.833	193.131	126.201	34.949	1.473.675
Sinistros pendentes bruto de resseguro	19.970	9.702	6.415	12.195	47.012	35.017	30.083	160.394
Sinistros convênio DPVAT								17.715
Cosseguro cedido								(5.667)
Retrocessões								638
IBNER								(5.728)
Sinistros a liquidar bruto de resseguro								167.352

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 (Valores em Milhares de Reais - R$)

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Em 30 de junho de 2014 o montante é de R$ 597 (R$ 348 em 31 de dezembro de 2013).

	30/06/2014						
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	293	23	74	47	–	–	437
Outros depósitos	10	143	1	6	–	–	160
Total	303	166	75	54	–	–	597

	31/12/2013						
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	116	36	65	108	–	–	325
Prêmios e emolumentos recebidos	5	2	2	3	11	–	23
Totais	121	38	67	111	11	–	348

19. OUTROS DÉBITOS - DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendado pela Circular SUSEP nº 483/14 e alterações posteriores.

19.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda

	30/06/2014							31/12/13
	Provável		Possível		Remota		Valor	Valor
	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	total	total
Trabalhistas (a)	773	6	246	8	–	9	1.019	1.371
Cíveis (b)	969	27	544	42	–	39	1.513	1.747
Total	1.742	33	790	50	–	48	2.532	3.118

19.2. Movimentação das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.371	1.747
Constituições/atualização monetária	230	209
Alterações nas estimativas	(50)	33
Baixas/pagamentos	(532)	(476)
Saldo em 30 de junho de 2014	1.019	1.513

a) Provisões trabalhistas

A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

b) Provisões cíveis

Ações impetradas por segurados relacionadas, na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

20. CONTAS A PAGAR - LONGO PRAZO

A provisão para tributos diferidos refere-se a tributação sobre a reavaliação das edificações e sobre a mais valia obtida com a marcação a mercado das aplicações financeiras classificadas como "Disponíveis para venda", quando incorrida.

Contas a pagar:	30/06/2014	31/12/2013
Provisões para tributos diferidos	1.003	1.017
Total	1.003	1.017

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é de R$ 281.368 representado por 59.106.248 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

Os ajustes com títulos e valores mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 8, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável.

Reservas de reavaliação: Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

22. RAMOS DE ATUAÇÃO DA SEGURADORA

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

	30/06/2014				
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Índices % Sinistralidade	Índices % Comissionamento
Principais ramos:					
Automóvel	63.608	(37.495)	(12.230)	59	19
Patrimonial	45.768	2.677	(7.308)	–6	16
Responsabilidade civil	14.801	(18.787)	(836)	127	6
Responsabilidade civil - veículos	18.546	(14.660)	(2.832)	79	15
Transportes	14.895	(8.001)	(2.502)	54	17
DPVAT	24.592	(21.685)	(357)	88	1
Acidentes pessoais e vida em grupo	2.967	(1.350)	(644)	46	22
Outros	164	(10)	(36)	6	22
Total	185.341	(99.311)	(26.745)	54	14

	30/06/2013				
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Índices % Sinistralidade	Índices % Comissionamento
Principais ramos:					
Automóvel	48.027	(28.750)	(10.608)	60	22
Patrimonial	54.431	(20.001)	(7.261)	37	13
Responsabilidade civil	10.882	(2.015)	(907)	19	8
Responsabilidade civil - veículos	14.814	(11.241)	(2.530)	76	17
Transportes	15.758	(9.204)	(3.205)	58	20
DPVAT	23.503	(20.669)	(341)	88	1
Acidentes pessoais e vida em grupo	2.435	(1.418)	(573)	58	24
Outros	140	(22)	(24)	16	17
Total	169.990	(93.320)	(25.449)	55	15

23.1. Prêmios ganhos

	30/06/2014	30/06/2013
Prêmios diretos	132.066	100.832
Prêmios de cosseguros aceitos	10.728	31.724
Prêmios cedidos em cosseguros	(564)	(724)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(91)	(1.153)
Prêmios - DPVAT	25.052	23.620
Prêmios de retrocessões	–	1
Variação das provisões técnicas	18.150	15.690
Total	185.341	169.990

23.2. Sinistros ocorridos

	30/06/2014	30/06/2013
Sinistros	(92.420)	(143.697)
Despesas Relacionadas	(9.224)	(1.405)
Recuperação de Sinistro	199	6.154
Salvados	9.752	8.254
Ressarcimentos	826	1.895
Variação da provisão de IBNR	(5.261)	35.479
Outras	(3.183)	–
Total	(99.311)	(93.320)

23.3. Custos de aquisição

	30/06/2014	30/06/2013
Custos de aquisição	(25.844)	(22.371)
Outros custos de aquisição	(1.608)	(2.463)
Recuperação de comissões	91	399
Variação das despesas comercialização	616	(1.014)
Total	(26.745)	(25.449)

23.4. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2014	30/06/2013
Outras receitas operacionais:		
DPVAT	96	74
Outras	3.364	8.430
Total outras receitas	3.460	8.504
Outras despesas operacionais:		
Despesas com apólices	(842)	(697)
Despesas com cobrança	(2.215)	(2.062)
Despesas com agenciamento e assessoria	(569)	(567)
Despesas contingenciais	(745)	(411)
Demais despesas com operações de seguros	(12.946)	(6.223)
Provisão para riscos sobre créditos	9.109	(76)
Total outras despesas	(8.208)	(10.036)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(4.748)	(1.532)

23.5. Resultado com operações de resseguro

	30/06/2014	30/06/2013
Receita com resseguro:		
Recuperação de indenização	3.270	57.860
Recuperação de despesa	1.243	679
Variação da Provisão de IBNR	(66)	(41.449)
Outros	–	80
Despesa com resseguro:		
Prêmios de resseguros cedidos	(20.283)	(34.742)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(16.538)	(7.700)
Salvados e Ressarcimento	(23)	(140)
Total geral	(32.397)	(25.412)

23.6. Despesas administrativas

	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal próprio	(20.527)	(18.084)
Serviços de terceiros	(5.038)	(6.130)
Despesas com depreciação/amortização	(2.268)	(2.716)
Localização e funcionamento	(2.847)	(3.056)
Publicidade e propaganda	(220)	(158)
Despesa administrativa do convênio DPVAT	(662)	(677)
Outras	(296)	(197)
Total	(31.858)	(31.018)

23.7. Despesas com tributos

	30/06/2014	30/06/2013
PIS e COFINS	(4.194)	(2.429)
Impostos municipais	(100)	(83)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(599)	(598)
Demais tributos	(336)	(428)
Total	(5.229)	(3.538)

23.8. Resultado financeiro

	30/06/2014	30/06/2013
Receitas com títulos de renda fixa	8.481	7.712
Receitas com operações de seguros	(1.530)	755
Receitas com fundos de investimento	1.431	1.873
Outras receitas financeiras	219	3.409
Receitas financeiras:i	8.601	13.749
Despesas financeiras com operações de seguros	(716)	(1.752)
Outras	(261)	(501)
Despesas financeiras:	(977)	(2.253)
Resultado financeiro	7.624	11.496

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	30/06/2014		30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto, líquido de participações	(6.057)	(6.057)	2.791	2.791
Adições	15.063	15.063	11.102	11.102
Exclusões	(16.003)	(16.003)	(13.018)	(13.018)
Lucro (prejuízo) fiscal	(6.997)	(6.997)	875	875
Compensação de prejuízos fiscais	–	–	(262)	(262)
Base de cálculo de IRPJ e CSSL	(6.997)	(6.997)	613	613
Imposto de renda e contribuição social no semestre	–	–	(141)	(92)
Total de imposto de renda e contribuição social	–	–	(141)	(92)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2014, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria em 2014 foi de R$ 2.585 (R$ 917 em 2013) e não houve pagamentos para os Conselheiros (R$ 42 em 2013). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. CNPJ nº 33.016.221/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 (Valores em Milhares de Reais - R$)

A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo:

Parte relacionada	30/06/2014	31/12/2013
Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)		
Ativos - operações com resseguradoras	1.841	2.788
Passivos - operações com resseguradoras	6.863	11.118
Receitas - recuperação de indenização	10.398	69
Despesas - prêmios de resseguros cedidos	(2.041)	(11.895)

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1 Cobertura de seguros

Cobertura de Seguros - A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2014, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	40.884
Veículos	Incêndio, roubo e colisão - RCF	18.900
Total		59.784

26.2 Lei nº 12.973/14

A Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, conversão da Medida Provisória nº 627/2013, promoveu alterações no IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, e dispõe, entre outros assuntos, sobre a extinção do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. Com base no texto vigente entende-se que não haverá impactos relevantes nas demonstrações contábeis desta Seguradora.

26.3 Medida Provisória nº 651

A Medida Provisória nº 651 de, 10 de julho de 2014, promoveu alterações nas regras do Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 12.996, de 20 de junho de 2014, e a possibilidade de liquidação de saldo de parcelamento com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL. Tendo em vista que até a publicação deste balanço, a medida provisória não tenha sido convertida em lei, é possível que haja mais alterações, inclusões e/ou exclusões ao texto originariamente proposto. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Seguradora.

27. SAZONALIDADE

Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrente da natureza de suas operações de seguros.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora foram aprovadas pela Administração em 26 de agosto de 2014.

DIRETORIA

Keiichi Hara - Diretor Presidente

Hélio Hiroshi Kinoshita - Diretor Vice-Presidente
Giuliano Vicente Borro - Diretor

Paulo Yukio Takenaka - Diretor Executivo
Takuya Ito - Diretor

CONTADOR

Luiz Akio Morikawa
CRC 1SP158630/O-3

ATUÁRIO

Gustavo Genovez
MIBA 1197

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Mitsui Sumitomo Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência da segregação dos saldos de prêmios a receber, custo de aquisição diferidos e provisões técnicas entre circulante e não circulante, o os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 26 de agosto de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte.